

As reformas de base e o golpe de 64

André de Souza;

Cleber Costa

costa_cleber@ig.com.br;

Lisiane Carvalho

lisinane@zipmail.com.br;

Graduandos em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central questionar algumas interpretações sobre os fatos que levaram ao Golpe de 1964, e os motivos que moveram as elites políticas a barrar as reformas de base, planejadas pelo governo de João Goulart. Por meio de uma leitura histórico-sociológica dos anos pré-golpe e golpe (1961-1964), questionamos se as políticas “janguistas” e, conseqüentemente, seus desdobramentos, estariam comprometidas com as classes menos favorecidas que clamavam por justiça social, na tentativa de desbloquear um caminho revolucionário; ou se seguiam uma via reformista, sem alterar estruturalmente os privilégios da burguesia nacional e internacional.

Palavras-chave: Governo Goulart. Reformas de base. Golpe de 1964.

Introdução

Um momento privilegiado das lutas sociais e políticas no Brasil podem ser observados no período do governo de João Goulart. Nessa época, amplos setores sociais (nos campos e nas cidades) reivindicavam reformas sociais e econômicas, bem como a ampliação da democracia política. Tais expectativas levaram liberais e conservadores, devidamente apoiados pelas forças militares, a golpear o caminho das reformas e da democracia em 1964.

O golpe de 1964 representou não apenas a derrota do projeto do capitalismo nacional como também das forças sociais “comprometidas com a proposta de um socialismo nacional”. Diante de tal afirmação, nos propomos a tentar desmistificar os demais eventos que se sucederam durante o período em questão que vão além dos impasses no plano da economia, bem como, as razões que levaram as elites políticas e as classes dominantes a apelarem para o golpe de Estado, a fim de barrar as reformas sociais, especialmente a reforma agrária, que, ao nosso ver, constitui, dentre todas as propostas de reforma, a mais emblemática no que diz respeito à tendência destas elites a uma postura conservadora.

O governo Jango

O governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir no fantasma – que rondou e perseguiu permanentemente o

regime liberal-democrático inaugurado em 1946 – para se tornar uma concreta realidade. (TOLEDO, 1982).

Nos dois anos e meio que precederam o golpe (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, assumiu interinamente Ranieri Mazzilli, o Presidente da Câmara dos Deputados, já que o vice João Goulart se encontrava em visita oficial à China.

Durante o governo interino de Mazzilli, os ministros militares, convenientemente articulados com os dois grandes partidos conservadores, UDN e PSD, tentaram barrar o retorno de Jango ao país impondo ao Congresso a aprovação de um veto à sua posse. O motivo principal do desconforto dos partidos conservadores era, sem dúvida, por conta do histórico político esquerdista de Goulart. Ministro do Trabalho de Vargas em 1953, Jango permaneceu no cargo pouco mais de oito meses, quando foi demitido sob a acusação de estar sendo uma espécie de “Ministro dos Trabalhadores”. Já num momento mais recente, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista não fez questão de esconder sua profunda admiração ao regime político destes países.

A vida política pregressa de Jango era mais que suficiente para apavorar os políticos comprometidos com a ideologia liberal-conservadora capitalista. Contudo, uma expressiva maioria congressista manifestou-se contra a arbitrária e ilegal exigência, defendendo a legalidade da posse de João Goulart em oposição ao veto dos militares. Em contrapartida, a direita conquistou a aprovação no Congresso da Emenda Constitucional nº. 4, um ensaio golpista dos ministros militares que culminou com a instauração do regime parlamentarista no Brasil.

Na verdade, uma tentativa de golpe de Estado acabava de ser abortada. O momento ficou conhecido na história como “golpe branco”, um golpe político cometido contra o regime vigente, pois a carta de 1946 proibia, expressamente “toda e qualquer reforma constitucional num clima insurrecional”. Tal emenda retirava a eleição do Presidente da República do âmbito popular e a transferia para o espaço reduzido da Câmara Federal. Assim, o Presidente da República transformava-se em autêntico Chefe de Estado, perdendo sua iniciativa de elaborar leis, orientar a política externa, elaborar propostas de orçamentos, etc. Somente em janeiro de 1963 Jango recuperaria as atribuições de chefe de governo quando, através de um plebiscito, a população brasileira diria “sim” ao retorno do presidencialismo.

Durante o período parlamentarista (de setembro de 1961 a janeiro de 1963) sucederam-se três conselhos de ministros, sendo o primeiro deles presidido por Tancredo Neves, figura ilustre da história política nacional e integrante do PSD mineiro. Outros aspectos marcantes do período foram o agravamento da situação econômico-financeira (herança da administração dos governos anteriores de JK e Jânio Quadros) e freqüentes crises político-institucionais. É incontestável que o sistema parlamentarista foi um grande fracasso. As divergências quanto às prioridades e programas de governo entre o presidente da república e os conselhos escancaravam a disputa interna pelo poder do Executivo. O maior efeito colateral dessa luta diária era o atraso na tomada de decisões que a realidade social e econômica do país urgentemente demandava na ocasião.

O resultado de tanta agitação – e porque não, desorganização – foi a vitória obtida no plebiscito de janeiro de 1963 que trouxe de volta o regime presidencialista. Contando com o apoio de amplos setores políticos (com exceção da UDN) e de grande parte dos trabalhadores, uma vez que, já há algum tempo o presidente vinha insistindo na idéia da implantação de reformas de base na estrutura social do país, o parlamentarismo era revogado. Assim, João Goulart reassumia os plenos poderes que a Carta de 1946 conferia ao chefe do Executivo.

Com a abertura política promovida pelo novo regime, a meta principal do governo era desacelerar a inflação e acelerar o crescimento. Para isto foi lançado um plano de governo intitulado “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social (1963-65)”. Mais uma vez direita e esquerda se confrontavam diante das contradições e ambigüidades que o novo plano apresentava. Para os setores sindicais e das organizações políticas nacionalistas e de esquerda o plano possuía caráter reacionário; era a prova de que continuaríamos a seguir a cartilha dos EUA e FMI. Um momento de grande agitação foi o anúncio de que Jango estava prestes a comprar do governo norte-americano por “módicos” 188 milhões de dólares a AMFORP (conjunto de 12 usinas que representavam um autêntico ferro-velho) sendo que haviam sido feitos cortes nos investimentos públicos e aos subsídios do trigo e do petróleo. No fim de 1963 o Plano Trienal era reconhecido por todos como um grande fracasso. Ao contrário do que propunha inicialmente finalizou com uma acentuada aceleração da inflação e sem nenhuma forma de crescimento.

Já com os dias contados para acabar, o contraditório governo de João Goulart promoveu um verdadeiro embate político e ideológico no país. Talvez possa até ser considerado um momento de democracia autêntica no Brasil. O movimento estudantil estava no seu auge – era reconhecido por ser forte, ativo, bem articulado e com grande impacto na opinião pública. Igualmente, o movimento operário se destacava por sua autonomia sindical – através do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), uma espécie de diretório central, organizava greves e reivindicava constantemente a ampliação dos direitos trabalhistas. O caráter de massa desse sindicalismo crescia juntamente com sua independência e autonomia. Outro movimento de expressão foi o camponês. Pernambuco era o foco das Ligas Camponesas, sob o comando do advogado Francisco Julião, mas, as invasões de terras que se sucediam (na maioria das vezes de forma extremamente agressiva) iam do Rio Grande do Sul ao Maranhão. A explosão dos movimentos engendrados pela sociedade civil organizava cada vez mais as elites brasileiras à medida que deixavam de cumprir papel secundário no cenário político e ameaçavam romper o controle das classes dominantes sobre o processo de desenvolvimento.

O Comício das Reformas realizado por Jango em praça pública aos 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro com o apoio do CGT foi a gota d’água para as classes dominantes escolherem de que lado ficariam no conflito. Com a promessa de encaminhar ao Congresso projetos de reformas de base (agrária, eleitoral, bancária, constitucional, universitária) Jango radicalizava seu discurso anunciando desapropriações de terras que ladeavam rodovias e ferrovias nacionais e encampações de refinarias. Poucos atos públicos tiveram tanto impacto e repercussão na vida política de nosso país. Contudo, mais uma vez a esquerda amargaria uma derrota política. Na certeza de que colheriam os frutos para a construção de um governo nacionalista,

democrático e popular mal sabiam que aquele momento entraria para história recente como o último ato da “democracia populista”.

A ofensiva golpista não tardou a se manifestar. Poucos dias após o comício, cerca de 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo em favor da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Setores das classes médias e da burguesia, sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da moral cristã, saíram às ruas nas maiores capitais do país em defesa do discurso contra o governo Goulart promovido por políticos do PSD e da UDN (representantes dos grandes proprietários de terras e setores conservadores da Igreja Católica). A real intenção de tais manifestações era criar um clima favorável à intervenção militar, bem como, incitar as Forças Armadas ao golpe de Estado.

Está claro que os conservadores se apoiaram no Exército para evitar as reformas populares, dentre as quais, a agrária era a principal reforma de base demandada no período. Com o apoio dos governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, deu-se o golpe em 31 de março de 1964. João Goulart seguiu imediatamente para o Rio Grande do Sul sem oferecer qualquer resistência, indo mais tarde, exilar-se no Uruguai. Alguns governadores e políticos, como Leonel Brizola (deputado petebista) tentaram resistir em nome da legalidade, mas, nada puderam fazer diante da coerção da força militar.

Sem dúvida o governo Goulart ficou marcado por intensos conflitos de ordem política, econômica e social. O país passava por um momento de recessão e inflação acentuada culminando em uma forte crise econômico-financeira. Não obstante, constantes crises político-institucionais e no sistema partidário, ampla mobilização política das classes populares, bem como o fortalecimento e ampliação do movimento operário e dos trabalhadores rurais e a exacerbação da luta ideológica de classes contribuíam cada vez mais para a formação de uma atmosfera de incertezas que permitia a todos apostarem em novas alternativas para o crescimento e desenvolvimento do país. O ano de 1964, com certeza, marcou um período de luta de classes na história do país. Para além do impasse econômico, havia impasses de caráter político e ideológico. Cabe ressaltar também que, justamente nesse período era deflagrado o rescaldo da revolução Cubana – a primeira revolução socialista na América.

Diante da realidade de uma conjuntura social permeada por incessantes crises e conflitos de elevada gravidade estrutural, não é unânime entre os críticos da história a conclusão a cerca do desfecho do governo de Goulart. Para alguns, o governo Jango era populista e reformista burguês, sem reais preocupações com transformações de ordem econômico-social. Para outros, como o antropólogo e esquerdista Darcy Ribeiro (ex-chefe da Casa Civil de Goulart), a razão principal pela qual o governo foi derrubado convergia justamente no fato de tratar-se de um governo nacionalista, democrático e popular (qualidades de um governo reformista). Para outros ainda, mais radicais em sua análise, o governo Goulart “foi o mais eficiente agente das classes dominantes e do imperialismo na contenção de avanço popular” (Schilling, 1979). Contudo, existe um ponto de concordância que se faz praticamente unânime em todas as análises proferidas: o avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes na história social do Brasil. De acordo com o crítico e cientista social Roberto Schwarz “o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente”.

O capitalismo internacional, interessado em instalar empresas multinacionais nos países latino-americanos, se posiciona de forma contrária ao capitalismo nacionalista defendido pelo Estado populista. A nova burguesia que havia tirado vantagens dos investimentos da política nacionalista fica seduzida pelo capitalismo estrangeiro. Para as novas elites burguesas e para as antigas lideranças oligárquicas, as políticas de caráter populista passam a representar grande ameaça aos seus novos interesses uma vez que, tal forma de governabilidade buscava o apoio popular com promessas de aumentar os direitos trabalhistas entre outras conquistas sociais. Diante do exposto faz-se notável a razão pela qual apoiaram o golpe militar na intenção de afastarem tal ameaça do poder. Em resumo, não só a exemplo do Brasil, mas de outros países latino-americanos que sofreram golpes de estado, a estratégia populista não evoluiu para o amadurecimento do Estado democrático e acabou, de um modo geral, pela implantação de um governo militar anti-socialista e antipopular.

As propostas de reformas de base e suas conseqüências: o golpe

A historiografia brasileira muito tem discutido acerca dos motivos que levaram ao golpe de 64. As pressões externas, principalmente dos EUA, têm sido aventadas como as principais causas do golpe por alguns estudiosos, como Moniz Bandeira em seu livro “O Governo João Goulart”. Segundo este autor, o clima político internacional de bipolarização, ilustrado pela Guerra Fria, submetia principalmente os países do então chamado “Terceiro Mundo” à égide ideológica de EUA, de um lado, e URSS, do outro. Capitalismo versus Comunismo. Nas Américas, território tutelado politicamente pelos EUA, o temor da expansão da Revolução Cubana e seus ideais comunistas através dos demais países teriam levado a superpotência capitalista a fomentar nos mesmos golpes de Estado com caráter conservador, visando à manutenção do status quo – o capitalismo. Esta linha historiográfica, portanto, estabelece que o vetor das causalidades do golpe aponta de fora para dentro, ou seja, vem das forças políticas externas e que as manietações políticas internas que viabilizam o golpe apenas atendem a uma certa forma de estrutura político-hierárquica, realizando os desígnios internacionais – principalmente norte-americanos. Este ponto de vista, por conseguinte, subtrai das forças políticas internas qualquer forma de autonomia com relação aos caminhos políticos que tendem a tomar.

Negar que o golpe, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos tenha tido influências americanas seria desconhecer o contexto político e as tendências da época (basta lembrarmos da “Operação Brother Sam”, quando forças da Marinha americana ficaram de sobreaviso, no sentido de dar apoio às forças golpistas em caso de resistência). No entanto, limitar a tais influências as suas causalidades, desconsiderando a capacidade de articulação política interna, mostra-se uma análise no mínimo superficial! Acompanhando os desdobramentos políticos das relações entre o governo Jango e as demais forças políticas da época, chega-se à conclusão de que as causas que levaram ao golpe são muito mais complexas e profundas do que nos quer fazer crer qualquer análise pouco reflexiva. Afinal, o golpe foi fruto dos desdobramentos do embate de forças políticas relevantes no cenário sócio-político de então.

Os desdobramentos políticos: propostas de reformas e o golpe

Nos primórdios dos anos 60, o clamor por reformas sociais era a bandeira levantada pelas mais variadas tendências políticas brasileiras – embora o significado do termo “Reformas Sociais” variasse muito, de acordo com cada tendência. Partidos de esquerda, conservadores, militares, Igreja Católica; todos tinham, à sua maneira, a proposta de reformas sociais inserida em seus discursos. Até mesmo o governo Kennedy, usando como estratégia política para evitar o alastramento das revoluções camponesas à moda cubana impunha como condição para negociações financeiras com o governo brasileiro – empréstimos, para sermos mais claros – que o mesmo realizasse reformas de base, principalmente a reforma agrária. Era a condição de Washington para a implementação da política chamada “Aliança para o Progresso”. “Aqueles que fazem impossível uma reforma pacífica, tornarão inevitável uma revolução violenta”; assim discursava Washington, demonstrando sua preocupação com relação às conseqüências a que se poderia chegar caso algumas demandas de ordem social, explicitadas nas reivindicações por reformas de base, não fossem realizadas.

No entanto, se há algo que a historiografia e a sociologia brasileira nos ensinam é acerca do caráter conservador das elites nacionais. Historicamente pode-se observar que eventos ameaçadores à ordem estabelecida - política, social ou econômica - tiveram tais elites como seus principais algozes. Como afirmaria Florestan Fernandes nas idéias que desenvolve acerca da burguesia brasileira na sua obra “A Revolução Burguesa no Brasil”, a lenta transição entre a “Era Senhorial” e a “Era Burguesa” no Brasil teria se dado através de uma temporalidade que permitiria a transformação e a adaptação das velhas oligarquias. Ou seja, as elites brasileiras sempre se negaram a apoiar qualquer proposta de mudança social que, de alguma forma, as desprivilegiasse, mesmo que tais mudanças significassem o implemento de políticas que se justificassem por um maior capital de justiça social. Confirmando a assertiva acima, a reforma agrária seria realizada se o governo se dispusesse a indenizar os latifundiários. Convém fazermos uma reflexão sobre este fato: se esta condição se realizasse – indenização aos latifundiários por “suas” terras – na verdade não teríamos uma reforma agrária, pois a mesma se baseia na redistribuição de terras improdutivas e devolutas, isto é, terras que, não sendo utilizadas para a produção ou sem registro oficial de propriedade, são tomadas pela União e redistribuídas a pequenos produtores. O que teríamos seria a aquisição de tais terras por parte do Estado através de um tramite comercial comum, algo inviável aos cofres públicos. Mesmo assim, Jango propôs a indenização, não por meios pecuniários, mas através de títulos da dívida pública, resgatáveis em longo prazo, ato que exigiria alteração da Carta Magna – a constituição. De forma estratégica, a UDN, principal partido conservador, apoiado por latifundiários, em convenção nacional realizada na cidade de Curitiba em fins de abril de 1963, acatando as propostas de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara e inimigo número um do governo, decide pela “intocabilidade” da constituição, forçando o governo a, caso quisesse realizar a reforma, que arcasse com dinheiro as indenizações. A partir deste fato, tornam-se mais hostis as relações entre governo e legislativo – principalmente Congresso, onde havia maioria udenista. Jango buscava mostrar à sociedade um Congresso atrelado às “estruturas arcaicas, que impedem o desenvolvimento do país”. O Congresso, por sua vez, afirmava que “Jango ataca o Legislativo, tentando desprestigiá-lo, como forma de desviar a atenção da sociedade da sua incapacidade de governar”. E neste clima os embates entre Executivo e Legislativo foram se dando: Jango sendo pressionado pela forças de esquerda a realizar as reformas; este, sentindo-se

pressionado, buscava culpar o Legislativo como o “emperrador” do processo. Jango, então, busca uma estratégia: jogar as forças populares contra o Congresso, no intuito de pressioná-lo a votar as medidas necessárias à realização das reformas. Teria dito: “sem o povo nas ruas, o congresso jamais votará reforma alguma”.

O acirramento das indisposições entre Executivo e Legislativo, bem como os demais desdobramentos destas relações políticas no período nos levam a algumas questões: Jango estaria de fato interessado em implementar no seu governo as reformas de base, em especial a reforma agrária, como uma bandeira política na qual acreditava de fato? Ou, como acusava a oposição, seria uma estratégia sua para popularizar o seu governo, buscando amenizar as críticas que vinha recebendo de vários setores da sociedade, que o acusavam de “incapaz para governar”? De fato, na época o país passava por sérias crises econômicas, como altas taxas de desemprego e queda na taxa de crescimento do PIB. O “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-social”, desenvolvido por Celso Furtado, um dos ministros do seu governo, falhou na intenção de acelerar a economia e o país passou a tomar medidas econômicas que resultaram em altos índices inflacionários, como a emissão de papel-moeda. As condições para a implementação da política “Aliança para o Progresso”, proposta por Washington, não foram satisfeitas, não se realizando a mesma. Jango vislumbrava em tal política um meio de sanar a crise econômica do país e, por conseqüência, a crise de seu governo. Como a principal condição imposta pelo governo americano para realizar tal política era a realização, por parte do governo brasileiro, da reforma agrária, este fato nos leva a questionar se, tal reforma era uma bandeira política importante para seu governo como um aspecto ideológico – ou seja, desenvolver a reforma agrária traria à estrutura societária brasileira mais justiça social e, conseqüentemente, desencadearia um processo de desenvolvimento no país? – ou, seria apenas o cumprimento das ordens do FMI e Washington? Eis aí o caráter dúbio da política janguista da época. Para muitos, um político comprometido com as classes populares, uma espécie de novo “Pai dos Pobres”, epíteto alusivo a Getúlio Vargas que, aliás, era seu mentor político e conterrâneo. Para outros, um articulador político que, a exemplo de seu mestre, buscava a identificação com as classes pobres no mero intuito de popularizar a sua imagem, porém sem nenhum compromisso efetivo com as mesmas. Aliás, a relação que se estabelecia entre a sua imagem e a do caudilho provocava temor nas elites e este foi um fator importante na consumação de sua deposição. O medo que as mesmas tinham de uma suposta revolução comunista, como a cubana, era compartilhado com uma possível sublevação de um governo populista.

A estratégia de Jango para pressionar o Congresso a votar as medidas necessárias à realização da reforma agrária foi a realização dos chamados “comícios-monstro”. Tais comícios deveriam ser realizados nas principais capitais do país até o dia 24 de agosto de 64, décimo aniversário da morte de Vargas. Nestes comícios, Jango buscava fortalecer a sua imagem de político comprometido com as reformas sociais e ao mesmo tempo, se dedicava ao esforço de transmitir à sociedade uma imagem depreciativa do Congresso como sendo o grande obstáculo à realização das mesmas. O Congresso, por sua vez, acusava o governo de impor dificuldades sempre que, através de negociações políticas, se delineava uma possibilidade de acordo para a realização das reformas. E, desta forma, tais reformas não saíam do âmbito das propostas, com os dois poderes, Executivo e Legislativo, se acusando mutuamente pela responsabilidade da sua não realização. Esta situação indignava a sociedade, principalmente grande parte da classe

trabalhadora que, através da CGT e outras entidades sindicais deflagraram seguidas greves em diversos setores.

O comício de 13 de março de 1964: o estopim do golpe

dos comícios-monstro empreendidos por Jango, o mais emblemático, porque o que melhor ilustra a disposição das elites à realização do golpe como forma de solapar qualquer possibilidade de reforma social que viesse a alterar o status quo, foi o do dia 13 de março, na estação de trem Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Ao garantir em seu discurso que desapropriaria terras às margens de rodovias e ferrovias federais, mostrava sua disposição para realizar uma reforma agrária de fato, ou seja, por meio de desapropriações, sem nenhuma forma de indenização, pecuniária ou através de títulos públicos. As elites, demonstrando todo o seu viés conservador, acusavam Jango de “comunista” e exigia, através de movimentos como “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a defesa dos costumes “cristãos” e da propriedade privada – esta última, obviamente, muito mais importante a ser defendida que os primeiros.

A partir daí até a realização do golpe era uma questão de tempo. Em nome da defesa dos “bons costumes” da família brasileira e da propriedade privada; em nome da defesa contra a “contaminação social” do comunismo na “cordial” sociedade brasileira, em 31 de março de 1964 foi deflagrado um golpe de estado civil-militar que submeteria o estado brasileiro a uma ditadura que duraria praticamente 21 anos. Em nome da defesa da ordem liberal-capitalista, baseada nos preceitos “democráticos” americanos de combate ao comunismo, o Brasil mergulharia politicamente em um período de extremo autoritarismo, centralização política, cerceamento das liberdades. Reforma social alguma, entre elas a agrária, foi realizada. E, na verdade, ainda nos dias de hoje tais reformas são esperadas. A concentração de renda e as abissais diferenças sócio-econômicas das classes sociais se perpetuaram. A estrutura social brasileira, no que diz respeito à distribuição, tanto da renda quanto dos recursos sócio-políticos (maior participação nos frutos da democracia) se mantém tal como antes do golpe: absolutamente desigual.

Conclusão

A partir do exposto acima, pode-se chegar a uma conclusão: o golpe de 64, apesar de se auto-proclamar revolucionário – e parte da historiografia brasileira o tem como tal! – possui na sua consumação um teor altamente conservador. Dada a dinâmica dos processos políticos ocorridos naquele momento, o golpe expressa efetivamente a reação de uma elite historicamente identificada como conservadora no que diz respeito a qualquer proposta de mudança na ordem social vigente. Desde a formação da América portuguesa até a consolidação do estado brasileiro, nossa estrutura societária possui uma configuração que, ao se complexificar com a modernidade, paradoxalmente, se mantém arcaica em relação à sua estratificação. O golpe de 64 simboliza o caráter político conservador da sociedade brasileira, que tem nas elites seu demiurgo ideológico. A resistência destas elites, no passado e no presente, à realização das reformas sociais de base, expressa de forma veemente este caráter.

Referências Bibliográficas:

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIXO, Adriano e MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.